

CORRUPÇÃO: Líder do PT garante que terá folga no número de assinaturas para pedido de criação da comissão

Governo tentará negociar CPI com a oposição

Plano é criar uma tropa de choque para controlar investigações e restringir número de casos que serão apurados

Adriana Vasconcelos

• BRASÍLIA. O governo já admite a instalação da CPI da Corrupção. Mas para evitar estrago ainda maior, o Palácio do Planalto deverá pôr em prática um plano alternativo, nomeando uma espécie de tropa de choque para tentar manter as investigações sob seu controle, assim como fez durante a CPI do Sistema Financeiro. Como a CPI é mista, possivelmente a presidência caberá a um deputado do PSDB e a relatoria a um dos senadores do PMDB.

— A oposição está dizendo que tem o número de assinaturas necessário para a instalação da CPI. Acho que estão falando a verdade. Agora está difícil barrar a CPI — reconheceu ontem o líder do governo na Câmara, Arnaldo Madeira (PSDB-SP).

Os articuladores políticos do Planalto deverão também tentar negociar com a oposição a redução do universo das investigações. Mas estão cientes de que dificilmente conseguirão tirar deste foco o ex-secretário-geral da Presidência Eduardo Jorge Caldas Pereira.

Pedido de CPI deverá ser feito na quarta-feira

O líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (SE), disse ontem que a oposição deverá protocolar na próxima quarta-feira o pedido da CPI da Corrupção. A oposição garante que conseguirá até lá uma margem de folga de 15 a 20 assinaturas, para o caso de o governo conseguir fazer com que alguns de seus aliados desista de apoiar a CPI.

Dutra disse que não se opõe

a uma negociação para redução dos 28 itens a serem investigados. Mas revelou os assuntos dos quais a oposição não abrirá mão de investigar: Sudam, privatização da Telebrás e Eduardo Jorge.

— Esses três pontos são inegociáveis — disse Dutra.

— Será difícil manter as investigações sob controle — afirmou o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Arnaldo Madeira disse que o

governo não tem nada a temer e insistiu em dizer que considerava a CPI inconstitucional:

— Não vejo possibilidade de as investigações atingirem o presidente Fernando Henrique, nem as figuras centrais do governo. Se quiserem investigar Eduardo Jorge, não há problema. Ele está sendo investigado pelo Ministério Público há um ano e sete meses e nada se descobriu.

Eduardo Jorge disse não se



O LÍDER ARNALDO Madeira: "Agora está difícil barrar a CPI"

opor a uma nova investigação sobre suas atividades.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) reconhece o poder do governo para limitar as investigações e lembra que isso ocorreu durante a CPI do Sistema Financeiro.

— A CPI do Impeachment só foi adiante porque o Collor não acreditava nela. Já a do Sistema Financeiro acabou emperrando porque o governo brecou — advertiu Simon.

O senador gaúcho, porém, concorda que será necessário restringir os itens a serem investigados pela CPI da Corrupção. Como a idéia da comissão foi motivada pela troca de acusações entre o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), e Antonio Carlos, Simon defende que cada um deles escolha uma de suas denúncias para ser apurada e a oposição também estabeleça apenas um tema. ■

Sérgio Tomisaki/2-3-2001